

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
RESPEITO ÀS VARIEDADES LINGUÍSTICAS**

Cristina da Conceição Silva (UNIGRANRIO/Candido Mendes)

cristinavento24@yahoo.com.br

José Geraldo Rocha (UNIGRANRIO)

rochageraldo@hotmail.com

RESUMO

A educação de jovens e adultos apresenta em seu público alvo uma diversidade em vários sentidos, seja regional, de história de vida, de cultura, por deficiência, o perfil do aluno muitas vezes apresenta uma história tensa, em sua relação com a aprendizagem. Outro fato é que estes alunos muitas vezes retornam aos bancos escolares, para modificar a sua condição no mercado de trabalho, ainda encontramos nestes ambientes escolares pessoas de diversas idades, fato que leva o educador a se debruçar em estratégias educacionais e técnicas educativas acerca da língua portuguesa. As expressões de diferentes regiões do país, sotaques, as gírias dos jovens e o modismo da televisão fazem parte do cotidiano desta classe escolar, a variedade linguística que encontramos nesse espaço educacional é um desafio para a norma culta da língua portuguesa. Logo, com base nesta realidade, este artigo visa identificar o que diz a proposta curricular para a educação de jovens e adultos no que se refere ao olhar para este grupo que cada dia mais vem evadindo os espaços da educação de jovens e adultos.

Palavras-chave: EJA. Educação de jovens e adultos. Variedades linguísticas.

1. Introdução

A educação de jovens e adultos, no contexto acadêmico e nos programas de políticas públicas educacional, vem ganhando timidamente um espaço no território brasileiro, embora a modalidade, não seja tão moderna no contexto educacional. Logo, este artigo busca identificar a diversidade do aluno da educação de jovens e adultos, o papel do educador e o perfil do aluno no contexto social e da aquisição de domínio da língua portuguesa. Buscaremos também observar a formação do educador que atuam na educação de adultos no Brasil. E falaremos um pouco sobre a identidade do sujeito da educação de jovens e adultos e sua história de fracasso, de não aprendizados e de frustrações com o meio escolar.

Todavia, apontaremos sobre a impossibilidade de repetir modelos educacionais, manter abordagens e métodos imaturos na educação de jovens e adultos, que não valorizam o conhecimento dos educandos, seu trajeto de vida, sua identidade e sua psicologia de aprendizagem.

Finalizando, citaremos pontos acerca da importância da língua portuguesa no ensino da educação de jovens e adultos, bem como aspectos que compreendem a importância da leitura, da escrita e da oralidade de forma específica para o aluno da educação de jovens e adultos. Todavia, evidenciaremos o que preconiza a proposta curricular da educação de jovens e adultos, que diz que o currículo da língua portuguesa, deve propor aos professores, que trabalhem com textos que o aluno conheçam e que estejam familiarizados, de forma a fazer uma comparação com os textos educacionais apresentando. Além de apresentar outras modalidades de escrita aos alunos, ao qual não estão habituados, de forma a inserir o aluno no mesmo no mundo da escrita, leitura e oralidade de forma diversificada.

Para o desenvolvimento deste artigo, contamos as escritas de especialistas, e para tal a colaboração de Brandão (2002), Freire (2003) e (2005) Farias (2010), além de documentos voltados para Educação de Jovens e adultos divulgados pelo Ministério de Educação e Cultura, (2001) entre outros, foram de suma importância para a sistematização do artigo.

2. O educador da modalidade educação de jovens e adultos

Farias (2010) descreve que diante da discussão sobre a diversidade na educação de jovens e adultos, se fez necessário pensar na formação do educador que exercerá dentro do contexto de exclusão e distração histórica à educação de adultos no Brasil.

E muitos dos sujeitos da educação de jovens e adultos têm história de fracasso, de não aprendizados, de frustrações com o meio escolar. E por isso não é possível repetir modelos, manter abordagens e métodos imaturos na educação de jovens e adultos, que não valorizam o conhecimento dos educandos, seu trajeto de vida, sua identidade e sua psicologia de aprendizagem. Farias (2010).

Para Freire (2005) a formação do educador popular, tem como responsabilidade formar educadores, que apresente uma educação diferenciada junto aos alunos, de forma que não reproduzam modelos no qual o profissional da educação assume uma postura de dominador do saber.

O que justifica a Educação Popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio saber... Estamos em presença de atividades de educação popular quando, independentemente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de uma saber (que

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador. Por Educação Bancária entendemos “o ato de depositar em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2005, p. 80).

A conhecida educação bancária, tão discutida por Paulo Freire (2011) em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, defende que o modelo de educação popular deve tratar o educando enquanto sujeito efetivo no processo educacional. E não como mero objeto da ação do educador, logo, este modelo no que tange a esta modalidade de ensino em pauta deveria ser abolido. Freire (2005).

Neste contexto, Paulo Freire (2003) discursa que os sonhos, as dúvidas, os medos, as frustrações e os desejos dos educandos devem ser respeitados pelo educador, seja, seu público criança ou jovens e adultos. Prontamente, o educador deve considerar durante todo o tempo do processo de educação a bagagem cultural e de experiências de vida dos alunos, assim como as características de seu meio, suas necessidades, suas perspectivas ao redor da educação e de sua própria realidade vivida.

Observa Freire (2005.) que o senso comum só se supera a partir dele e não com o desprezo arrogante dos elitistas, nesta conjuntura onde uma metodologia que leve em conta a individualidade dos educandos, é um elemento relativo para uma educação que vai além da aprendizagem de conhecimentos prontos. Mas, sim em priorizar uma educação que será construída relativamente por educador e educandos movidos pelas necessidades que a educação poderá suprir em seu dia a dia. Como também, por outras necessidades que só serão reveladas através da reflexão crítica, o que só a prática da educação popular pode facilitar a ambos os sujeitos.

É nesse espaço em que se garante o exercício da percepção e reflexão, declara Farias (2010), e que se fortalece a educação de fato, popular, educação que transforma ambos os sujeitos envolvidos no processo educativo – educandos e educadores. Contudo, para que se efetive a educação popular, o professor tem que se aproximar efetivamente da escolha de suas metodologias, de sua postura em sala de aula e da receptividade. Além de considerar o conhecimento cultural dos alunos e de atrair na aula a prática da reflexão e, principalmente, conhecer as políticas públicas que afirmam e garantem a educação de jovens e adultos. Assim sendo, esse educador precisa ser um participante, que conscientize a si mesmo e aos educados, bem como lute junto a eles pela realização de seu direito de acesso e permanência na escola.

No entanto, quando o educador assume um posicionamento político frente à educação de jovens e adultos, ele estará garantindo que a educação não se torne mais um obstáculo e algo como inexplicável na vida dos desses alunos. Ao contrário, se o educador não se posiciona estará apenas retratando um padrão histórico de exclusão educacional que encontra suas raízes em uma pedagogia elitista e burguesa, que não considera os trabalhadores de forma geral. Farias (2010).

3. Perfil do aluno da educação de jovens e adultos

O perfil do aluno da educação de Jovens e Adultos aponta Arroyo (1999) demonstra uma história tensa no que se refere à educação básica e nela se cortaram importâncias menos consensuais do que na educação da infância e adolescência. Isso acontece, especificamente quando esses públicos da Educação Jovens e Adultos são pessoas trabalhadoras, que atuam em subempregos oprimidos e excluídos da sociedade. É em face da diferença das pessoas que frequentam esta modalidade educativa, as abordagens acerca do perfil dos participantes deste processo, na escola noturna sempre estão voltadas para pessoas de baixo poder aquisitivo. Há também uma reflexão sobre a reconstrução em torno de uma demanda que atenda a realidade dos alunos da Educação Jovens e Adultos. Arroyo (1999).

Para Arroyo (1999) a educação é um processo de longo prazo para a democracia e cidadania, além de oferecer outros aprendizados para que aconteça efetivamente a relação sujeito e sociedade. Ao contrário, quando se perde essa função no ambiente escolar, passa-se então ser uma representação de uma negação a um direito fundamental dos estudantes.

Nesta ambiência expõe Arroyo (1999) surgem problemas relacionados à obrigação do homem com o processo educativo e social, que muitas vezes não acontece em virtude da falta de compromissos relacionados com a saúde, moradia e nos demais campos da sociedade. E neste contingente social e educativo, encontramos inúmeras mazelas sociais sofridas pelas populações de baixo poder aquisitivo a exemplo dos sem-teto, sem-emprego, sem-terra, entre outros. E não seria fora de propósito acrescentar que neste quadro descrevem aqueles que também estão ligados à esfera do não acesso à escolarização. (ARROYO, 1999).

A importância da escola observa Arroyo (1999) é disponibilizar a esse grupo para uma educação de qualidade de acordo com a realidade

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

em que o aluno se encontra e neste caso, o sistema educacional de um país tem que se ajustar para satisfazer as necessidades de cada aluno. Para isso será necessário uma aprendizagem mais significativa para todos, no entanto propostas alternadas têm que estar empenhadas em uma educação de qualidade para os jovens e adultos da modalidade em pauta. (ARROYO, 1999)

Uma boa parte dos alunos da modalidade educação de jovens e adultos, aponta Brandão (2002), que pertence à rede municipal, são de diferentes classes sociais e muitas vezes são operários e já chegam à escola cansados, pois além de ter que trabalhar mais de 8 horas por dia ainda, pegam conduções e trânsitos cansativos. A consequência disso é que muitas vezes eles chegam atrasados em sala de aula e querem sair mais cedo, além faltarem com frequência. O que leva a eles pensarem que são incapazes de acompanhar o conteúdo passado pelo professor, dados essas que por muitas vezes não esta de acordo com sua realidade, e assim, estes educandos acabam se evadindo do ambiente escolar deixando até de realizar o sonho de concluir seus estudos. Brandão (2002).

Para esses educandos o trabalho é mais importante do que a escola, pois há uma necessidade desses em trabalhar afinal é uma renda que têm para se sustentar e aos seus familiares. Brandão (2002). Esses aspectos se tornaram um grande problema no ponto de vista do profissional da educação, tendo em vista que o currículo escolar não coopera para motivar os alunos do turno noturno. A falta do reconhecimento da diversidade do aluno da modalidade da educação de jovens e adultos promove as diferenças entre as demais modalidades e até mesmo as sociais e não as previne, fato que deveria ser relevante ao pensar neste aluno. (BRANDÃO, 2002)

É preciso buscar a reflexão sobre esses educando que muitas vezes por estarem em defasagem idade e serie, o que pode ocorrer por inúmeras repetências, procuram o curso noturno, para recuperarem o atraso. É evidente que a escola vive uma crise, então Brandão (2002), diz ser de fundamental importância que a escola em geral esteja frente aos modelos de aprendizagem, para alcançar melhorias para ambiente educacional. E diz ainda que para o professor poder passar um conteúdo adequado, de acordo com a realidade de seus alunos, é preciso que seja trabalhado um modelo educativo envolvido de fato com as mudanças sociais e transformadoras.

Segundo Brandão (2002) o eixo do debate que tem como destaque sobre a demanda curricular, busca despertar a ideia de um procedimento imediato, na preparação de um documento formal. Instrumento esse que seja capaz de enfatizar a produção sociocultural do aluno, de forma a estimular e promover a autonomia dos mesmos. E para que estes sejam sujeitos da aprendizagem de uma aprendizagem significativa é preciso vincular os conteúdos ao mundo do trabalho e de suas práticas sociais. E para tal o projeto pedagógico tem que atender a flexibilidade curricular e contextos curriculares ajustados em (03) três princípios: contextualização, reconhecimento de identidade pessoal e das diversidades coletivas. (BRANDÃO, 2002).

4. O campo do currículo definição de conteúdo

Segundo Apple (1999), deve se analisar o currículo o conhecimento instituído e legitimado como oficial nas escolas. Nos primeiros dias de trabalho educacional, esse obstáculo, deve ser discutido, especialmente com a relação a poder e cultura, além de se propor a explorar a distribuição cultural e o poder econômico. Aspectos esse anteriormente trançados e considerado como conhecimento escolar e que visa mostrar o que se ensina no ambiente escolar.

Para Apple (1999), esta formula de críticas ao currículo e seu papel ideológico, reaparece aos conceitos de predominância e tradição seletiva onde é elaborada uma observação crítica no campo do currículo. Neste entendimento de hierarquia formal e de domínio são interpretados e avaliados entre educação e cultura e particularmente entre a forma econômica e a forma de organização das escolas e do currículo que são vistas como relações complexas. Apple (1999) afirma que de maneira nenhuma pode ser estabelecida uma exposição, entre uma relação direta e reprodutiva, entre as formas políticas e econômicas da sociedade e o campo da educação, nem mesmo adaptar as relações de produção capitalista para as relações escolares.

Para Apple (1989) se faz necessário deixar de pensar a respeito das escolas como lugares que somente elevam ao máximo a aprendizagem do aluno, mas que devemos observar este espaço a partir desse olhar psicológico, cognitivo e individualista. E que para tal necessitamos interpretar as escolas como espaço social, cultural e estrutural.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Aponta Apple (1989) que a imposição de complicar as formas de currículo encontradas na escola, apresenta um conteúdo ideológico e para a mudança deste sistema. O autor propõe que algumas questões devem ser observadas, entre elas a seleção, a organização e transmissão do currículo. Essas propostas são muito importantes, pois esses funcionamentos acrescentados no ambiente escolar não podem de forma alguma ser neutras. Logo, esse entendimento trabalhado nas escolas definiu um universo muito mais extenso de conhecimentos e princípios sociais possíveis e reflete também as relações sociais de poder na sociedade. O autor define que as escolas estão misturadas em contradições e suas práticas, repletas de significações, relações e contestações, o que faz do campo educacional um território contestado. (APPLE, 1986)

Esse currículo é uma área isenta de aprendizagem e precisa ser avaliado como um campo onde os projetos sociais e econômicos estão em luta para tornarem-se predominância. Por isso, que o conhecimento realizado no currículo constitui-se como um conhecimento particular, nunca neutro e que reflete os interesses específicos de grupos que o selecionam e o legitimam (APPLE, 1989). É fato que o currículo precisa ser analisado e considerado como um processo complexo e contínuo de planejamento ambiental. Pois, só assim, o currículo não será considerado como uma peça como um programa de curso e estudo. Ele deve ser considerado como um instrumento representativo, material e humano constantemente reconstruído. Este processo de planejamento e construção do currículo envolve não apenas o técnico, mas o estético, o ético e o político, isso é se quiserem que ele responda plenamente tanto ao nível pessoal quanto social é preciso que seja revisto as práticas educativas. (APPLE, 1999).

A seleção cultural do currículo sofre determinações políticas, econômicas, culturais e sociais. Assim, a seleção do conhecimento escolar não é um ato desinteressado, mas é o resultado de lutas e negociações. Sendo assim, entendemos que o currículo é culturalmente determinado, situado historicamente e não pode ser desvinculado da totalidade social ou seja de uma realidade vivida. (APPLE, 1999)

De acordo com Apple (1999), há um currículo oculto nas escolas que serve para reforçar as regras que cercam a natureza e os usos do conflito. Os alunos aprendem não apenas o conteúdo explícito no currículo, mas também normas, valores, formas de convivência, que não estão ditos claramente.

Selecionar saberes relevantes, segundo Apple (1999), não é tarefa tão simples. No momento em que seleciona os saberes que serão transmitidos aos alunos, são tomadas decisões que envolvem interesses, posicionamentos, conflitos. A discussão sobre currículo transcorre pelo processo de organização e seleção dos conteúdos trabalhados nas escolas e este currículo vai colaborar com a permanência do aluno da educação de Jovens e Adultos no espaço educacional.

5. A linguística na educação de jovens e adultos

A linguagem oral, além do desenvolvimento da leitura e da escrita, no que se refere ao ensino da língua portuguesa no âmbito escolar, especialmente a educação de jovens e adultos, devem possibilitar ao aluno a ampliação de recursos linguísticos. Em outras palavras, o aluno deve aprender a delinear e adaptar sua forma de falar as inúmeras situações formais e informais, as quais por ventura, ele vier se deparar. No que tange a linguagem escrita, além de atender os recursos básicos como: representação alfabética, a ortografia e a pontuação, são de suma importância que os alunos conheçam as características e as funções do texto. Entretanto, embora tecnicamente os alunos não conheçam, especificamente, as características técnicas da função do texto, eles sabem discernir entre: a linguagem de uma carta de amor, de uma bula, de uma receita de comida e de um jornal. (BRASIL, 2001)

Assim sendo, destaca Brasil (2001) que a proposta curricular da educação de jovens e adultos, indica que o currículo da língua portuguesa, proponha que professores trabalhem com textos que o aluno conheça e que estejam familiarizados, de forma a fazer uma comparação com os textos educacionais apresentando outras modalidades de escrita.

Ao estudar e compreender a escrita, identifica Brasil (2001) que o aluno passa por um processo de exigência que se debruça na capacidade linguística e o aprendizado da palavra que serve para descrever a linguagem e todos os aspectos antes citados em conjunto. É importante à observação, por parte do professor, que aluno da educação de jovens e adultos, muitas vezes se encontra igual à criança, ou seja, em desenvolvimento da capacidade de análise linguística e do aprendizado da palavra que implica em desenvolver a linguagem em sua forma de comunicação, mais próxima a norma da língua portuguesa.

Na educação de jovens e adultos, os objetivos da área de língua portuguesa estão prioritariamente voltados para o aperfeiçoamento da comunicação e o

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

aprendizado da leitura e da escrita. Isso os educandos aprenderão falando, ouvindo, lendo e escrevendo, ou seja, exercitando esses procedimentos. (BRASIL, 2001 p. 49)

Brasil (2001) aponta que entretanto é importante ressaltar que não aprendemos a escrever de forma fiel a nossa fala, pois a escrita é um sistema de representação de códigos complexos, logo, a escrita exige do aluno a capacidade de pensar muito sobre a linguagem e sobre o que estão executando.

Assim, a alfabetização exige do professor, desde as suas fases iniciais, uma análise da linguagem do aluno, pois a lançar mão de contexto do aprendiz acabará aprendendo e servindo-se de expressões e apreciações que servem para descrever a linguagem, tais como letra, palavra, sílaba, frase, singular, plural, maiúscula, minúscula etc. Mais a frente, o aprendiz poderá se apropriar de conceitos ainda não dominados, em seu cotidiano, pois a leitura, trará para a sua oralidade as representações e significados de novas palavras, fato que vai mexer em sua oralidade e escrita. (BRASIL, 2001)

6. *A linguagem oral é o meio linguístico essencial para a comunicação dos seres humanos*

É essencialmente, através da comunicação oral que crescemos como integrantes de uma cultura. Mesmo após de aprendermos a usar a leitura e escrita em nosso cotidiano, continuamos a usar a linguagem oral para realizar a maior parte dos atos comunicativos e também para aprender.

O conhecimento da leitura e escrita, também dependem, essencialmente, do comentário oral sobre o texto escrito. Os modos de falar das pessoas alfabetas ou pouco escolarizadas são a expressão mais forte de toda a bagagem cultural que possuem, de suas experiências de vida. Podemos encontrar adultos pouco escolarizados que têm um excepcional domínio da expressão oral: contadores de histórias, poetas, repentistas, líderes populares. Entretanto, deparamos também com aqueles que têm seu discurso marcado por experiências de privação, humilhação e isolamento, que se expressam de forma fragmentada e têm dificuldade de se fazer entender, por exemplo, dos diálogos monossilábicos do famoso romance *Vidas secas*, de Graciliano Ramos. (BRASIL, 2001, p. 70)

Nas turmas de educação básica e de jovens e adultos, é possível encontramos uma ampla variedade linguística, sotaques e expressões de diferentes regiões do país, as gírias do jovem, os modismos da televisão. Durante muito tempo, toda essa variedade que caracteriza a linguagem

oral foi vista, equivocadamente, como um empecilho para o desenvolvimento da escrita, da leitura e da oralidade nos padrões próximos a norma culta da língua portuguesa. (BRASIL, 2001).

Mesmo depois de alfabetizados, permanecemos a usara linguagem oral para efetivarmos a maior parte dos atos comunicativos e também para aprendermos fundamentos e objetivos da área educação de jovens e adultos, bem como o domínio da escrita.

Atualmente, a partir de estudos da linguística, sabe-se que a linguagem oral possui uma natureza mais flexível e dinâmica que a escrita, absorvendo rapidamente as inúmeras variações decorrentes do contexto sociocultural na qual se desenvolve. Assim, mais do que coibir essa flexibilidade da linguagem oral, o trabalho pedagógico na área de língua portuguesa deve acolher a diversidade, propiciando aos educandos a ampliação de suas formas de expressão, possibilitando-lhes o uso de modos de falar adequados a diferentes situações e intenções comunicativas. (BRASIL, 2001, p. 72)

Logo, destaca Brasil (2001) que, nesta perspectiva para a sala de aula, o professor deve esquematizar táticas para que os alunos experimentem e ampliem suas formas de expressão, de forma a promover ocasiões em que os educandos se expressem em pequenos grupos, em grupos maiores, em conversas com o professor. E para tal é imperativo criar ocasiões de ouvir e falar, reelaborar argumentos a partir de novas informações, edificar conceitos, incorporar novas palavras e significados, compreender e avaliar o que ouvimos. Nessas ocasiões, o professor deve chamar a atenção dos alunos para os distintos modos de falar e os efeitos que podem provocar sobre os que recebem a mensagem. No que diz respeito à linguagem oral, portanto, o papel do professor é mais desinibir, perguntar, comentar e sugerir do que propriamente corrigir. (BRASIL, 2001)

7. Considerações finais

Concluimos que o professor não pode simplesmente abandonar os erros dos alunos, pois é fundamentado nos erros que ele pode saber que tipo de ajuda oferecer, pois, ao analisar os erros, o docente pode possibilitar o acesso do aluno a novas escritas. De forma a buscar avanços para novas produções de escrita, no desenvolvimento da oralidade e da leitura. Neste contexto, observar a história do aluno e seu perfil sociocultural é de suma importância para que o professor entenda como intervir nas ausências de conhecimento e no uso da língua portuguesa de forma que atenda as especificidades da norma culta brasileira. Ao contrário da edu-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

cação bancária, que impõem seu currículo a todos, como se fossem seres pertencentes a um mesmo espaço regional e cultural, ou seja, uma educação que não está voltado para os grupos populares existentes em nosso território nacional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael. Currículo e poder. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 14, 1989.

_____. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio B.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1999.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, B. M. *A educação básica e o movimento social do campo*. São Paulo: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A escola popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental – proposta curricular – 1º segmento da educação e cultura educativa*. Brasília: MEC, 2001.

FARIAS, A. F. *Identificando os sujeitos da educação de jovens e adultos no município de Presidente Prudente – SP*. 2010. Disponível em: <http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_37670025824.pdf>. Acesso em: 15-03-2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.